



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

Os Guardiões da Cultura: os desafios da produção e transmissão da cultura tradicional afro-brasileira pelos Mestres do Ticumbi do Bongado.

Autoria: Luciana Cruz Carneiro (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo), Aissa Afonso Guimarães

Sabemos que a discussão sobre culturas tradicionais e seus mestres se faz necessária uma vez que possui forte conteúdo simbólico que representam etnias, grupos sociais e nações; desta forma por meio das trajetórias de três Mestres junto ao Baile de Congos de São Benedito do Bongado e suas respectivas ações de preservação da memória cultural e transmissão de saberes, discutiremos os percursos e desafios enfrentados por eles nesta prática, que resiste há mais de dois séculos em Itaúnas, distrito da cidade de Conceição da Barra/ES. Analisaremos ações públicas existentes no estado do Espírito Santo direcionadas aos saberes locais, seus alcances e lacunas na promoção dos conhecimentos e fortalecimento de expressões culturais. Para esta análise usaremos autores que discutem questões relacionadas às políticas de patrimônio no Brasil como Regina Abreu, José Reginaldo Santos Gonçalves, Maria Cecília Londres Fonseca dentre outros. Há tempos são crescentes as preocupações com o desaparecimento de alguns modos de fazer, como tradições de artesanatos, formas de organização, entre outros saberes; mediante esta preocupação e a fim de garantir às novas gerações a transmissão desses saberes, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propõe a criação em todo mundo de um programa de valorização dos mestres em diferentes ofícios intitulado ?Tesouros Humanos Vivos? a fim de garantir-lhes condições para a realização da transmissão. No estado do ES ações como a premiação de Mestres por suas atuações como transmissores da cultura, estão sendo realizadas através da Lei Complementar Estadual nº 458/8, que instituí o Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo ? FUNCULTURA que os reconhece através de certificação de ?Mestres das Culturas Populares do Estado do Espírito Santo? e ou de ?Reconhecimento pela Manutenção das Culturas Populares e Tradicionais do Estado do Espírito Santo?. Outras ações realizadas por meio de parceria entre algumas prefeituras, escolas e detentores; também garantem a continuidade do saber através do conhecimento dos mestres. Contudo, sabemos que há lacunas no acesso a estas ações, e questões a serem discutidas como condições básicas de sobrevivência dos Mestres, o acesso à saúde, à remuneração pelo work cultural e outros. O valor à cultura se dá através da valorização e cuidado com os que detêm o conhecimento



e os transmitem. É fundamental pensarmos em ações que contribuam para que nossos guardiões tenham acima de tudo, qualidade de vida para darem continuidade a transmissão dos saberes. Este artigo visa contribuir com os debates sobre a importância do reconhecimento, proteção e valorização dos conhecimentos e fazeres das culturas tradicionais afro-brasileiras.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: